

CBKK – CELO DE BONSTATO KAJ KONSERVADO S.A.

(em organização)

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO
REALIZADA EM OITO DE SETEMBRO DE 2020**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia oito de setembro de 2020, às 10 horas, no local da sede social da **CBKK – CELO DE BONSTATO KAJ KONSERVADO S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Urussuí no. 300 - 10º andar, conjunto 101 - sala 2, CEP 04542-903 (“Companhia”).

2. **PRESENÇA:** Presentes os fundadores e subscritores, representantes da totalidade do capital social inicial da Companhia, a saber (i) **STELUC PARTICIPAÇÕES LTDA**, sociedade empresária com sede a Rua Urussuí nº 300 – 10º andar, conjunto 102, CEP 04542-903, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.008.657/0001-03, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu representante legal e socio administrador, Sr. **STEFANO ADOLFO PRADO ARNHOLD**; (ii) Sr. **STEFANO ADOLFO PRADO ARNHOLD**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lourenço de Almeida nº 580, apto. 31, CEP 04508-000, portador da cédula de identidade RG 4.149.439 e inscrito junto ao CPF/MF sob nº 950.276.538-91 e (iii) Sr. **MARCELLO SILVA DO AMARAL BRITO**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Gabriel dos Santos no. 541, apto. 91, CEP 01231-011, portador da cédula de identidade RG 1.281.385 e inscrito junto a CPF/MF sob nº 065.621.628-07.

3. **MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. **STEFANO ADOLFO PRADO ARNHOLD**, que escolheu o Sr. **MARCELLO SILVA DO AMARAL BRITO** para secretariá-lo.

4. **ORDEM DO DIA:** O Presidente declarou instalada a Assembleia Geral, cuja finalidade é (i) a constituição de uma sociedade por ações, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), sob a denominação de **CBKK – CELO DE BONSTATO KAJ KONSERVADO S.A.**, com a consequente aprovação de seu Estatuto Social; e (ii) a eleição dos membros do Conselho de

Administração da Companhia.

5. DELIBERAÇÕES: Passou-se, então, à leitura e discussão do projeto de Estatuto Social, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes e anexado, em sua íntegra, à ata desta Assembleia como seu **Anexo I**.

5.1 Informou o Presidente que também fora trazido à mesa os Boletins de Subscrição das ações representativas do capital social da Companhia, os quais foram assinados pelos acionistas fundadores, que subscreveram e integralizaram, em moeda corrente nacional, a totalidade do capital da Companhia, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil Reais), representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, emitidas pelo valor de R\$ 1,00 (Hum Real) cada uma, conforme descrito no Boletim de Subscrição, que passa a fazer parte integrante da presente ata como seu **Anexo II**.

5.2 Conforme consta dos Boletins de Subscrição, o capital social da Companhia foi subscrito e integralizado pelos acionistas fundadores da seguinte forma: (i) o acionista **STELUC PARTICIPAÇÕES LTDA**, acima qualificado, subscreveu 5.000 (cinco mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 50% (cinquenta por cento) do capital social da Companhia, no valor total de R\$ 5.000,00 (cinco mil Reais), as quais foram integralizadas, neste ato, em moeda corrente nacional; (ii) o acionista **STEFANO ADOLFO PRADO ARNHOLD**, acima qualificado, subscreveu 4.000 (quatro mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 40% (quarenta por cento) do capital social da Companhia, no valor total de R\$ 4.000,00 (quatro mil Reais), e (iii) o acionista **MARCELLO SILVA DO AMARAL BRITO**, acima qualificado, subscreveu 1.000 (hum mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 10% (dez por cento) do capital social da Companhia, no valor total de R\$ 1.000,00 (hum mil Reais), as quais foram integralizadas, neste ato, em moeda corrente nacional.

5.3 Atendidos os requisitos preliminares exigidos nos termos do artigo 80 da Lei das Sociedades por Ações, o Presidente declarou constituída a Companhia de pleno direito.

5.4 Passou-se, a seguir, nos termos do Estatuto Social, à eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, tendo sido eleitos pelos acionistas fundadores:

(i) **STEFANO ADOLFO PRADO ARNHOLD**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lourenço de Almeida nº 580, apto. 31, CEP 04508-000, portador da cédula de identidade RG 4.149.439 e inscrito junto ao CPF/MF sob nº 950.276.538-91, (ii) **EDUARDO AUGUSTO ARNHOLD MOURA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Professor Artur Ramos nº350 ap 101C, CEP 01454-010, portador da cédula de identidade RG 29.761.782-5 e inscrito junto ao CPF/MF sob nº 307.576.378-09; e (iii) **IGOR TAKESHI NISHIMURA**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso de Freitas nº458 ap 11M, CEP 04006-052, portador da cédula de identidade RG 24.333.777-2 e inscrito junto ao CPF/MF sob nº 303.145.978-40.

5.4.1 Os membros do Conselho de Administração da Companhia são eleitos para um mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a reeleição, permanecendo nos respectivos cargos até a realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que examinará as contas do exercício de 2021 e elegerá os novos Conselheiros ou até que sejam substituídos por deliberação da assembleia geral de acionistas da Companhia.

5.4.2 Os membros do Conselho de Administração aceitaram os cargos para os quais foram eleitos, tomando posse por meio da assinatura dos respectivos termos de posse, lavrados no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, afirmando expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem condenados ou sob efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade

5.4.3 Os administradores da Companhia farão jus à remuneração global anual de R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais), cabendo ao Conselho de Administração definir a remuneração individual dos Conselheiros e dos membros da Diretoria.

6. O Presidente, por fim, esclareceu que os Conselheiros ora eleitos, ficam incumbidos de realizar reunião para a eleição dos membros da Diretoria

7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e foi lavrada a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Stefano Adolfo Prado Arnhold – Presidente e Marcello Silva do Amaral Brito – Secretário. **Conselheiros eleitos:** Stefano Adolfo Prado Arnhold, Eduardo Augusto Arnhold Moura e Igor Takeshi Nishimura. **Acionistas Presentes:** Steluc Participações Ltda. (por Stefano Adolfo Prado Arnhold), Stefano Adolfo Prado Arnhold e Marcello Silva do Amaral Brito.

Confere com o original lavrado em livro próprio

São Paulo, 08 de setembro de 2020.

Mesa:

Stefano Adolfo Prado Arnhold

Presidente

Marcello Silva do Amaral Brito

Secretário

Acionistas:

Steluc Participações Ltda.

Por: Stefano Adolfo Prado Arnhold

Cargo: Sócio Administrador

Stefano Adolfo Prado Arnhold

Marcello Silva do Amaral Brito

Conselheiros Eleitos:

Stefano Adolfo Prado Arnhold

Eduardo Augusto Arnhold Moura

Igor Takeshi Nishimura

Advogado Responsável:

Amanda Visentini

OAB/SP nº 288.912

ANEXO I

*à Ata de Assembleia Geral de Constituição da
CBKK – CELO DE BONSTATO KAJ KONSERVADO S.A., realizada em 08 de setembro
de 2020.*

ESTATUTO SOCIAL DA CBKK – CELO DE BONSTATO KAJ KONSERVADO S.A.

CAPITULO I DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 1º - A **CBKK – CELO DE BONSTATO KAJ KONSERVADO S.A.**, sociedade por ações, rege-se pelo presente Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Urussuí, nº 300 10º andar, conjunto 101, CEP 04542-903.

Parágrafo Único – A Companhia, mediante deliberação de sua Diretoria, pode abrir filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território brasileiro ou no exterior.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social (i) a prestação de serviços de consultoria em geral, inclusive nas áreas socioambientais, (ii) a prestação de serviços de tecnologia da informação, (iii) a prestação de serviços de marketing e comunicação, (iv) a prestação de serviços ligados a programas de fidelização, (v) a prestação de serviços de educação, inclusive a distância; (vi) a exploração de atividades de indústria, comercio e exportação de produtos agrofloretais, da pesca e aquicultura, (vii) a exploração de atividades de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, (viii) a pesquisa técnica e científica nas áreas socioambientais e na produção sustentável de produtos agrofloretais, de pesca e aquicultura, reflorestamento e recuperação de áreas degradadas; (ix) o desenvolvimento de tecnologias sociais, desenvolvimento de tecnologias na área do sequestro do dióxido de carbono e de outros gases do efeito estufa, objetivando sempre que possível a adição de valor

no origem de modo a aumentar o bem estar das comunidades residentes nos biomas em que atua; e (x) a participação em outras sociedades, na qualidade de sócio, acionista ou quotista.

Artigo 4º - A Companhia terá prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5ª - O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo 1º – Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º – A Companhia poderá, mediante deliberação da Assembleia Geral, adquirir as próprias ações mediante aplicação de lucros acumulados, para fins de cancelamento ou permanência em tesouraria ou para posterior alienação, respeitadas as disposições legais aplicáveis.

Artigo 6º - É vedado aos acionistas constituir sobre as ações da Companhia de que forem titulares qualquer tipo de encargo, ônus, dívida, gravame ou restrição à propriedade plena das Ações e/ou de quaisquer ou todos os direitos econômicos ou políticos derivados das mesmas, incluindo, mas não se limitando a, qualquer (a) penhor; (b) alienação fiduciária; (c) caução; (d) usufruto; (e) opção de compra ou venda; (f) transferência em ou com fins de garantia; (g) transferência sujeita a prazo, termo ou condição; (h) acordo, compromisso ou acordo de voto; (i) transferência de direitos de voto; (j) outorga de poderes ou faculdades a terceiros para o exercício de direitos de voto ou de quaisquer outros direitos políticos ou econômicos, exceto pela possibilidade de representação dos acionistas nas Assembleias Gerais, nos termos do artigo 126, § da Lei das S.A, bem como pelas disposições em Acordo de Acionistas.

Artigo 7º - A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, aumentar o seu capital social conforme quórum deliberativo previsto neste Estatuto Social e o direito de preferência, previsto no artigo 171 da Lei das S.A e no eventual Acordo de Acionista.

Parágrafo 1º - Na hipótese de aumento de capital decorrente de subscrição de novas ações, os acionistas terão prazo de 30 (trinta) dias para exercer o direito de preferência, contado da data da assembleia geral ou aviso aos acionistas.

Parágrafo 2º - Ocorrendo a hipótese de desistência formal ou após decorrido o prazo previsto no Parágrafo 1º acima, a preferência para a subscrição das ações será transferida aos acionistas que tiverem pedido, no boletim ou lista de subscrição, reserva de sobras.

Parágrafo 3º - O acionista que deixar de realizar a integralização das ações subscritas de acordo com as condições previstas quando da deliberação do aumento de capital, incorrerá em multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor não integralizado.

Parágrafo 4º - As ações subscritas e não integralizadas dentro do prazo previsto na deliberação acerca do aumento de capital ficarão com todos e quaisquer direitos suspensos, tais como, mas não se limitando a quaisquer direitos políticos (direito de voto, por exemplo) e econômicos (direito de receber dividendos, por exemplo).

Parágrafo 5º - O limite do capital autorizado da Companhia é de 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo 6º - O limite do capital autorizado da Companhia somente poderá ser modificado por deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo 7º - Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a serem emitidas, bem como o prazo e as condições de integralização, mas a subscrição em bens móveis e imóveis dependerá da aprovação do laudo de avaliação pela Assembleia Geral, na forma da lei.

Parágrafo 8º - Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá:

- a) deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição; e

- b) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

CAPÍTULO III

DAS RESTRIÇÕES À LIVRE TRANSMISSIBILIDADE DE AÇÕES

Artigo 8º - As ações não poderão ser transferidas sem que sejam observados os procedimentos e condições previstas neste Capítulo e as regras estabelecidas em Acordo de Acionistas.

Artigo 9º - Nenhum acionista poderá vender, alienar, alienar fiduciariamente, ceder, conferir ao capital de outra sociedade, doar, permutar, dispor ou transferir, seja de que forma for ("Transferência"), suas ações, salvo se for uma Transferência realizada com a observância do Acordo de Acionistas.

Parágrafo Único - Toda e qualquer Transferência realizada em desacordo com o disposto neste Capítulo e no Acordo de Acionistas será considerada nula de pleno direito, sendo vedado à Companhia seu registro em seus livros societários, sendo que nenhum dos direitos de voto relativos a tais ações deverá ser exercido e nenhum dividendo será pago sobre tais ações durante o período dessa violação.

Artigo 10º. Na hipótese de qualquer penhora, arresto ou sequestro judicial recair sobre as ações da Companhia ("Ações Oneradas") e o acionista proprietário das Ações Oneradas não solicitar judicialmente a sua substituição por dinheiro em até 10 (dez) dias corridos, qualquer dos demais acionistas poderá adquirir as ações do acionista que teve as Ações Oneradas.

Parágrafo Único. Caso algum dos acionistas decida exercer a opção de adquirir as Ações Oneradas, fica devidamente investido dos poderes necessários para, solicitar a substituição das Ações Oneradas por numerário, levantando o ônus sobre as ações e transferindo-as para si.

CAPÍTULO IV

ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 11 - A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses que se seguirem ao término de cada exercício social e extraordinariamente sempre que os interesses da Companhia o exigirem.

Parágrafo 1º – As Assembleias Gerais serão convocadas pelo presidente do Conselho de Administração da Companhia, com antecedência mínima de 8 (oito) dias da data de sua realização, contados a partir da primeira convocação, ou por qualquer dos acionistas, nos casos previstos em Lei, sendo certo que da convocação deverá constar a ordem do dia, o local, a data e o horário da reunião. A convocação poderá ser dispensada caso todos os acionistas compareçam à Assembleia Geral e se declarem cientes da data, hora e local da respectiva reunião, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 2º – A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer um dos membros do Conselho de Administração da Companhia, que designará um dos presentes para atuar como secretário, acionista ou não.

Parágrafo 3º – O acionista poderá fazer representar-se por procurador, respeitadas as disposições da lei.

Parágrafo 4º – A Assembleia Geral poderá ser instalada, em primeira convocação, com a presença dos acionistas que representem, no mínimo, $\frac{1}{4}$ (um quarto) do capital social com direito de voto e, em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo 5º – A Assembleia Geral será realizada, preferencialmente, na sede da Companhia. Será admitida sua realização por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação destas, sendo certo que a participação remota será considerada presença pessoal. Nesse caso, os acionistas poderão expressar seus votos, antecipadamente ou na data da realização da Assembleia Geral, por escrito.

Artigo 12 – As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, neste Estatuto Social ou em Acordo de Acionistas arquivado na sede da

Companhia, dependerão da aprovação de acionistas representando, pelo menos, a maioria das ações com direito a voto de emissão da Companhia.

Parágrafo Único – A Assembleia Geral tem competência para decidir sobre assuntos de interesse da Companhia, à exceção dos que, por disposição legal ou por força do presente Estatuto Social, forem reservados à competência do Conselho de Administração, respeitadas as disposições de Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

CAPÍTULO V ADMINISTRAÇÃO

Artigo 13 - A administração da Companhia será realizada por uma Diretoria e por um Conselho de Administração, que serão compostos e funcionarão em conformidade com a Lei aplicável à Companhia, com o presente Estatuto Social e as disposições de Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

Artigo 14 - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral deverá estabelecer a remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

Conselho de Administração

Artigo 15 - O Conselho de Administração da Companhia será composto por um mínimo de 3 (três) e um máximo de 7 (sete) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, devendo cada um de seus integrantes permanecer no cargo até a eleição e posse de seus substitutos.

Artigo 16 - As Reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, , sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, enviada por meio de correio

eletrônico com confirmação de recebimento ou por carta registrada, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, contendo a ordem do dia, data, horário e local da reunião. A presença da totalidade dos membros de Conselho de Administração dispensará a necessidade de envio de convocação.

Parágrafo Primeiro - As Reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Será admitida sua realização por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação destas, sendo certo que a participação remota será considerada presença pessoal. Nesse caso, os membros poderão expressar seus votos, antecipadamente ou na data da realização da Reunião, por escrito.

Parágrafo Segundo - As deliberações em Reunião de Conselho de Administração serão tomadas pela maioria de seus membros.

Artigo 17 - Sem prejuízo das demais matérias que lhe são atribuídas por lei ou por este Estatuto Social, competirá exclusivamente ao Conselho de Administração deliberar a respeito das seguintes matérias:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (ii) a eleição e destituição dos membros da Diretoria da Companhia;
- (iii) convocar a Assembleia Geral de Acionistas quando julgar conveniente, ou no caso do Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iv) fiscalizar a gestão da Diretoria, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia, bem como solicitar informações sobre tais documentos e quaisquer outros atos;
- (v) aprovar o orçamento anual da Companhia e de suas controladas, caso existentes, bem como quaisquer modificações posteriores;

- (vi) renovação ou contratação de novos empréstimos ou financiamentos em valor individual ou agregado, em um mesmo exercício social, superior a R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) e desde que não previstos no orçamento anual;
- (vii) aquisição ou alienação de ativos da Companhia, incluindo participações societárias em outras sociedades;
- (viii) outorga de garantias de qualquer natureza em nome da Companhia ou de suas controladas;
- (ix) celebração ou aditamento de um ou mais contratos que, individualmente ou em conjunto , correspondam a valor superior a R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) ;
- (x) aprovação de transações (ou renovações ou alterações das já existentes) com partes relacionadas, afiliada(s) ou parente(s) dos acionistas, ;
- (xi) alteração nas políticas comerciais ou contábeis da Companhia ou de suas controladas, exceto quando tais alterações sejam exigidas por lei ou por determinação de autoridade governamental competente;
- (xii) início ou encerramento de quaisquer procedimentos judiciais ou arbitrais, bem como a celebração de acordos no contexto de tais procedimentos, quando a questão sob disputa envolver valores superiores a R\$ 100.000,00 (Cem mil reais);
- (xiii) liquidação ou dissolução envolvendo a Companhia ou sociedades controladas, se existentes;
- (xiv) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou autofalência;
- (xv) constituição ou fechamento de subsidiárias;
- (xvi) indicação e contratação de auditor independente para auditar as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, se existentes;

- (xvii) pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor de dividendo obrigatório;
- (xiii) determinação e modificação da remuneração dos diretores e dos empregados, a nível de gerência ou equivalente, da Companhia, incluindo pagamento de bônus e participações nos lucros, benefícios e quaisquer outros incentivos; e
- (xix) constituição de Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração.

Diretoria

Artigo 18 - A Diretoria será composta por um mínimo de 2 (dois) e um máximo de 5 (cinco) membros, presidida pelo Diretor Superintendente (CEO), eleitos pelo Conselho de Administração e destituíveis por este a qualquer tempo, selecionados no mercado com base no mix de habilidades e capacidades adequados para o desempenho de suas funções e consecução dos objetivos da Companhia com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição

Parágrafo Primeiro - O Diretor Superintendente (CEO) é o principal executivo da Companhia e responsável pela implementação e execução do planejamento estratégico da mesma, aprovado pelo Conselho de Administração, pela condução das atividades da Companhia, gestão do dia-a-dia e captação, formação e retenção de talentos que compõem o staff (administração profissional) da Companhia para a consecução dos objetivos traçados.

Parágrafo Segundo - Respeitadas as matérias que dependem de aprovação prévia em Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, competirá ao Diretor Superintendente (CEO):

- (i) convocar as Reuniões de Diretoria e presidi-las;

- (ii) orientar a administração e a gestão dos negócios da Companhia, supervisionando os trabalhos da Diretoria, de forma a assegurar a plena implementação e execução das políticas e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração; e
- (iii) acompanhar o cumprimento do plano de negócios da Companhia.

Artigo 19 - Os diretores permanecerão no efetivo exercício de seus cargos até a investidura de seus sucessores.

Artigo 20 - As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada como presença pessoal na referida reunião. Os membros da Diretoria que participarem remotamente das reuniões da Diretoria deverão expressar seus votos por escrito.

Parágrafo Único – Ao término de cada reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria.

Artigo 21 - A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, (i) por quaisquer 2 (dois) Diretores em conjunto; ou (iii) por 1 (um) procurador em conjunto com 1 (um) Diretor.

Artigo 22 - As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia por 2 (dois) Diretores em conjunto, devendo especificar os poderes conferidos e, terão um período de validade limitado, sob pena de nulidade, vedado o substabelecimento. As procurações outorgadas à advogados com poderes da cláusula “ad judicium” poderão ter prazo indeterminado de duração e autorizar o substabelecimento.

CAPÍTULO VI CONSELHO FISCAL

Artigo 23 - A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. A eleição,

instalação e funcionamento do Conselho Fiscal atenderá aos preceitos dos artigos 161 a 165 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 24 - Ao Conselho Fiscal compete exercer todas as atribuições previstas na Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO VII

EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Artigo 25 - O exercício social se inicia em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 26 - Ao fim de cada exercício social, será levantado o balanço patrimonial e preparadas as demais demonstrações financeiras exigidas por lei.

Parágrafo 1º – Do resultado do exercício, serão feitos os ajustes e deduções previstos em lei.

Parágrafo 2º – Fica facultado à Companhia o levantamento de balanços semestrais; havendo lucro em tais balanços e no balanço anual, poderá haver distribuição de dividendos, por deliberação da Assembleia Geral. Os acionistas terão direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras “a” e “b” do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76 e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

Parágrafo 3º – A Assembleia Geral poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 4º – A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá pagar juros sobre o capital próprio aos seus acionistas, nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249 de 26.12.95 e legislação pertinente.

CAPÍTULO VIII

LIQUIDAÇÃO

Artigo 27 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral. A Assembleia Geral estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal para o período da liquidação.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 28 – As controvérsias que não forem amigavelmente resolvidas pelos acionistas num prazo de 60 (sessenta) dias serão remetidas ao foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro foro por mais privilegiado que seja.

Steluc Participações Ltda.

Por: Stefano Adolfo Prado Arnhold

Cargo: Sócio Administrador

Stefano Adolfo Prado Arnhold

Marcello Silva do Amaral Brito

Advogado Responsável:

Amanda Visentini

OAB/SP nº 288.912

ANEXO II

à Ata de Assembleia Geral de Constituição da
CBKK – CELO DE BONSTATO KAJ KONSERVADO S.A.
realizada em 08 de setembro de 2020.

Boletim de Subscrição

Denominação Social: CBKK – CELO DE BONSTATO KAJ KONSERVADO S.A.
Capital Subscrito: R\$10.000,00 (dez mil reais)
Capital Integralizado: R\$10.000,00 (dez mil reais)
Número de Ações Subscritas: 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal
Preço Unitário de Emissão: R\$1,00 (um real) por Ação emitida

ACIONISTAS SUBSCRITORES	AÇÕES SUBSCRITAS	VALOR INTEGRALIZADO (R\$)
STELUC PARTICIPAÇÕES LTDA. , sociedade empresária com sede a Rua Urussuí nº 300 – 10º andar, conjunto 102, CEP 04542-903, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.008.657/0001-03, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu contrato social.	5.000	R\$ 5.000,00
STEFANO ADOLFO PRADO ARNHOLD , brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lourenço de Almeida nº 580, apto. 31, CEP 04508-000, portador da cédula de identidade RG 4.149.439 e inscrito junto ao CPF/MF sob nº 950.276.538-91	4.000	R\$ 4.000,00
MARCELLO SILVA DO AMARAL BRITO , brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Cidade de São	1.000	R\$ 1.000,00

Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Gabriel dos Santos no. 541 apto. 91, CEP 01231-011, portador da cédula de identidade RG 1.281.385 e inscrito junto a CPF/MF sob nº065.621.628-07		
TOTAL	10.000	R\$10.000,00

São Paulo, 08 de setembro de 2020.

Mesa:

**STEFANO ADOLFO PRADO
ARNHOLD**
Presidente

**MARCELLO SILVA DO AMARAL
BRITO**
Secretário

Subscritores:

Steluc Participações Ltda.
Por: Stefano Adolfo Prado Arnhold
Cargo: Sócio Administrador

Stefano Adolfo Prado Arnhold

Marcello Silva do Amaral Brito

L I S T A D E P R E S E N Ç A

ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA CBKK – CELO DE BONSTATO KAJ KONSERVADO S.A.

São Paulo, 08 de Setembro de 2020.

Mesa:

STEFANO ADOLFO PRADO
ARNHOLD
Presidente da Assembleia
de Constituição

MARCELLO SILVA DO AMARAL
BRITO
Secretário da Assembleia de
Constituição

Acionistas:

Steluc Participações Ltda.
Por: Stefano Adolfo Prado Arnhold
Cargo: Sócio Administrador

Stefano Adolfo Prado Arnhold

Marcello Silva do Amaral Brito